

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO EDSON  
FACHIN, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

**Ref: Petição nº 7670**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos da petição referida, em trâmite nesse Supremo Tribunal Federal, por seus advogados que abaixo subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o despacho proferido em 29.06.2018 e publicado em 01.08.2018, bem como, com fundamento no artigo 485, §5º, do CPC, **desistir** do feito, como se passa a expor.

No aludido despacho, o eminente ministro *Edson Fachin* determinou:

5. Diante do exposto, determino a intimação da defesa o mais breve possível a fim de que, nos termos da aplicação analógica do art. 321, CPC, esclareça o sentido e o alcance da sua menção expressa (na forma como citado e reproduzido acima) que realmente fez ao dispositivo em pauta na inicial da PET (Medida Cautelar, página 3, segunda linha, nota de rodapé 3), no prazo de até 5 (cinco) dias, e se, mesmo assim, possui, ou não, interesse no exame do ponto (decorrente da regra em tela) nessa medida cautelar, ora em sede de agravo regimental, no que se refere ao art. 26-C da Lei Complementar n. 64/90. Publique-se. Intimem-se. Com os esclarecimentos, voltem conclusos.

Pois bem. O pedido formulado pela Defesa ao final da peça vestibular tem o seguinte teor:

Diante de todo o exposto, em exame adjacente entre a *alta probabilidade de provimento ao apelo extraordinário* e o *risco de agravamento do dano que já vem sendo causado ao Requerente em virtude da inconstitucional execução provisória de sua pena, que pode ser ainda exacerbada diante da demora na prestação jurisdicional* – e os fundamentos respectivamente expostos – reputa-se por **urgente, necessário e prudente o deferimento** de efeito suspensivo ao recurso, aplicando-se o § 5º do art. 1.029, bem como o parágrafo único do art. 995, ambos do CPC, c.c. os artigos 294 e 300 do mesmo diploma processual, suspendendo-se, por consequência, os efeitos das decisões recorridas e inviabilizando a execução provisória da pena até o julgamento final do caso pelo Supremo Tribunal. (destaques no original)

Como se vê, a Defesa do Requerente fixou os **limites do pedido de tutela de urgência (CPC, art. 141) na “execução provisória da pena”, propugnando pela sua cessação — e, conseqüentemente, o**

**restabelecimento da liberdade plena do Requerente. Esse é o requerimento efetivamente deduzido, como exposto nos embargos de declaração opostos em 28.06.2018.**

As referências ao art. 26-C na LC 64/90 foram laterais e decorrentes da existência de pedido baseado nesse dispositivo de lei federal no **recurso extraordinário** que originou a medida cautelar — e não nestes autos.

De qualquer forma, diante do **mistifório** entre a **pretensão de liberdade plena** do Requerente que foi ***efetivamente deduzida*** nestes autos e a discussão em torno dos seus direitos políticos — imprevistamente *colocada em ribalta* (art. 26-C da Lei Complementar nº 64/90) —, a Defesa do Requerente **desiste** do feito sem prejuízo de eventual renovação *opportuno tempore*.

**Reforça**, ainda, essa *providência* a necessidade de *aprofundamento* da análise pela Defesa de dois importantes **fatos novos** que poderão ter repercussão no julgamento de eventual medida cautelar e que poderão ser apresentados oportunamente, quais sejam: *(i)* a ocorrência de relevantes acontecimentos durante o recesso desta Suprema Corte envolvendo magistrados que participaram dos julgamentos de primeiro e de segundo grau da ação penal em referência que poderão confirmar atuação *despida de imparcialidade* e, também, *(ii)* a decisão da INTERPOL divulgada pela imprensa

brasileira na data de ontem<sup>1</sup> (05.08.2018) que trata de violações a *garantias fundamentais* e ao *devido processo legal* praticadas pelo mesmo juiz de primeiro grau em relação a pessoa que teve sua oitiva como testemunha de defesa *sistematicamente negada*.

Requer-se, pois, seja **homologada a desistência**, com o arquivamento dos autos e as baixas cabíveis.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo (SP) para Brasília (DF), 06 de agosto de 2018.

**CRISTIANO ZANIN MARTINS**  
OAB/SP 172.730

**JOSÉ ROBERTO BATOCHIO**  
OAB/SP 20.685

**VALESKA TEIXEIRA Z. MARTINS**  
OAB/SP 153.720

**MARIA DE LOURDES LOPES**  
OAB/SP 77.513

**LUIS HENRIQUE PICHINI SANTOS**  
OAB/SP 401.945

**MARCELO PUCCI MAIA**  
OAB/SP 391.119

**KAÍQUE RODRIGUES DE ALMEIDA**  
OAB/SP 396.470

**ALFREDO E. DE ARAUJO ANDRADE**  
OAB/SP 390.453

**PAMELA TORRES VILLAR**  
OAB/SP 406.963

**GABRIELA FIDELIS JAMOUL**  
OAB/SP 340.565

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,interpol-tira-tacla-duran-da-lista-de-procurados-internacionais,70002430571>